

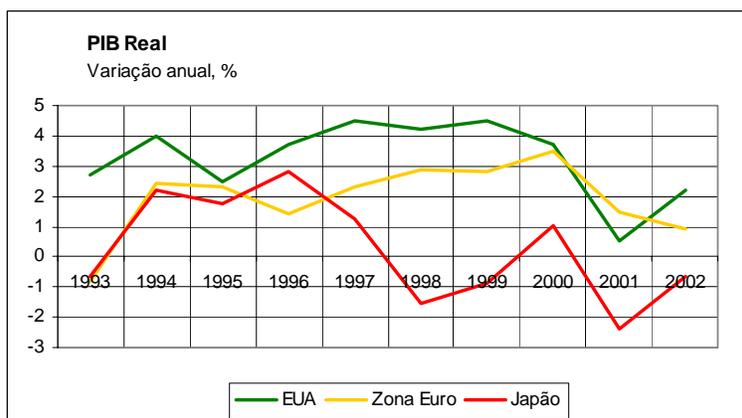
I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

I.1. EVOLUÇÃO INTERNACIONAL

- **Despesa e produção**

A nível internacional, o ano de 2002 ficou marcado pela continuação da recuperação iniciada em finais de 2001, exceptuando a zona euro onde o ritmo de crescimento real abrandou relativamente a 2001. A recuperação foi, contudo, bastante moderada, facto ao qual não foi alheio o contexto de incerteza quanto à sustentabilidade da retoma, bem como o receio de um cada vez mais provável conflito armado no Iraque. No entanto, a evolução do crescimento económico não foi idêntica por áreas geográficas, com o Japão a destacar-se pela negativa, com uma quebra real do PIB de 0,7% em 2002 (Gráfico 1).

Gráfico 1



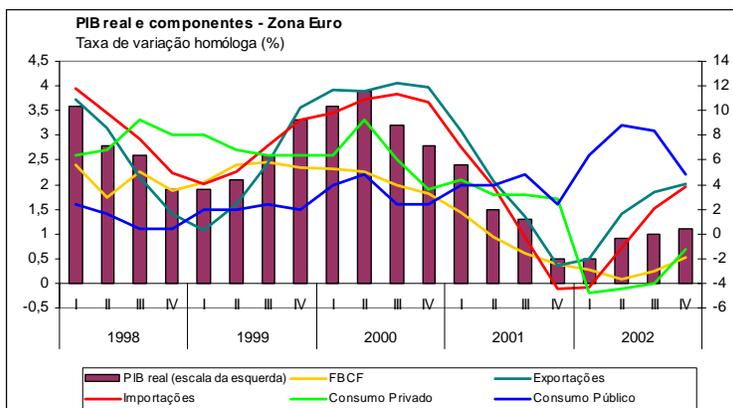
Fontes: Bureau of Economic Analysis (EUA), Eurostat (Zona Euro) e Economic and Social Research Institute (Japão)

O crescimento mundial assentou sobretudo no crescimento da economia dos EUA, uma vez que na zona euro a actividade económica registou um fraco crescimento – apenas 0,9%, face a 1,5% do ano anterior. Nos EUA, a recuperação iniciada em finais de 2001 ficou a dever-se, essencialmente, à dinâmica da despesa das famílias bem como ao elevado crescimento da despesa pública.

No Japão, o ano de 2002 voltou a ser de fraqueza, com a manutenção das debilidades estruturais que vêm afectando a economia, tais como a espiral deflacionista ou as dificuldades dos sectores empresarial e financeiro.

Na zona euro, o ritmo de crescimento foi fraco (cerca de 1%). O reduzido dinamismo da procura interna e a difícil situação financeira das empresas foram as principais causas desta evolução. A taxa de crescimento real do PIB em 2002 (0,9%) foi mesmo a mais fraca desde o início dos anos 90, exceptuando o ano de 1993. Em termos de componentes da despesa (Gráfico 2), o consumo privado e a FBCF registaram taxas de crescimento negativas, tendo o crescimento do PIB assentado sobretudo no crescimento das exportações e do consumo público, mantendo-se assim a orientação expansionista da política orçamental.

Gráfico 2



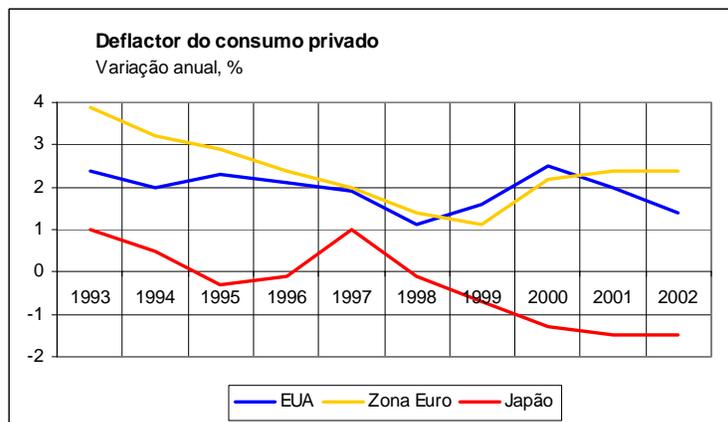
Fonte: Banco de Portugal

• Preços

Em relação à evolução dos preços na área euro, a inflação situou-se em 2,3% em 2002, nível semelhante ao verificado em 2001, mas superior ao registado nos EUA. O deflactor do consumo privado (Gráfico 3) é um bom indicador da evolução dos preços no consumidor. Já no Japão, a situação de deflação tende a manter-se, depois do agravamento verificado desde 1998.

Apesar do fraco crescimento da actividade económica na zona euro nos últimos dois anos, o ritmo de crescimento dos preços denotou alguma persistência, facto a que não terá sido alheio o aumento dos custos unitários do trabalho, bem como outros factores de natureza temporária.

Gráfico 3

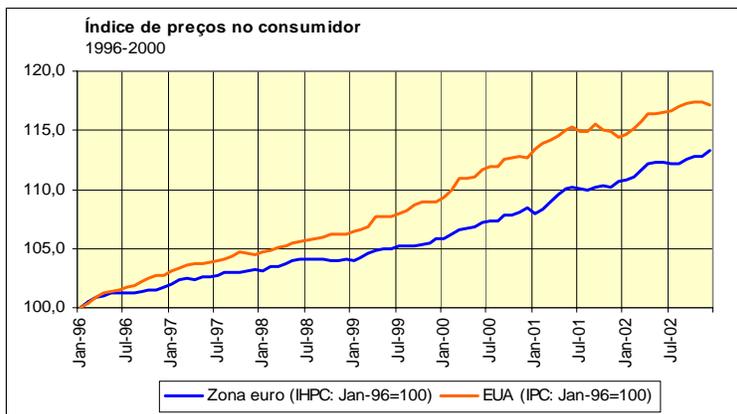


Fonte: Eurostat

Ainda assim, a evolução dos preços na zona euro tem sido mais favorável do que nos EUA, como é visível no gráfico 4. Contudo, em 2001 e 2002, a variação do IPC não foi muito diferente nas duas zonas, facto que se ficou a dever à desaceleração dos preços no consumidor nos EUA verificada em 2002. Esta

situação é explicada, sobretudo pela reduzida utilização de recursos disponíveis, quer no mercado de trabalho, quer da capacidade produtiva instalada.

Gráfico 4

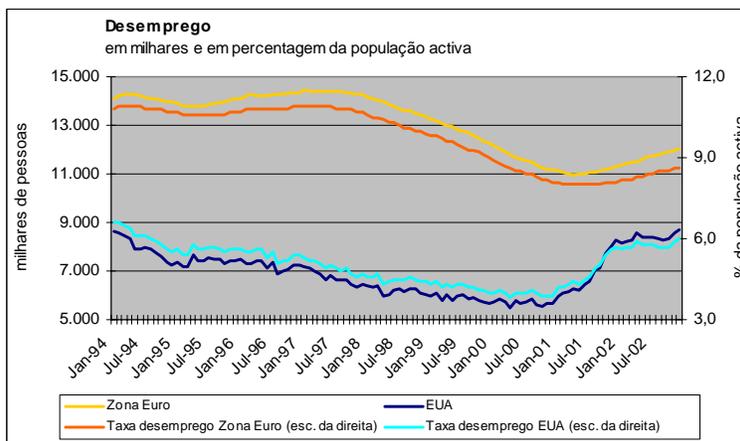


Fonte: BCE e U.S. Bureau of Labor Statistics

• Mercado de trabalho

No mercado de trabalho (Gráfico 5), apesar da fraqueza da actividade económica na zona euro, a situação não se degradou significativamente. Em Dezembro de 2002, o número de desempregados era cerca de mais 750 mil do que em Dezembro de 2001, e a taxa de desemprego aumentou apenas 0,5 pp. no mesmo período. Já nos EUA, após a súbita deterioração no mercado de trabalho registada em 2001, o ano de 2002 foi de relativa estagnação, quer do número de desempregados, quer da taxa de desemprego (6% em Dezembro de 2002).

Gráfico 5

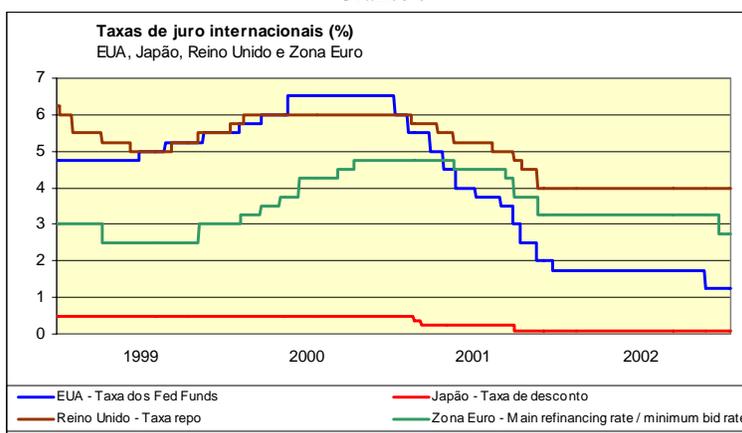


Fonte: BCE e U.S. Bureau of Labor Statistics

• **Taxas de juro e taxas de câmbio**

Ao nível das taxas de referência, as taxas de juro oficiais do BCE mantiveram-se sem alterações durante os primeiros onze meses de 2002 (ver Gráfico 6), uma vez que o BCE considerou que, durante este período, as expectativas de inflação não colocavam em risco o objectivo da estabilidade de preços no médio prazo, vindo em Dezembro a reduzir a taxa de juro mínima aplicável às principais operações de refinanciamento de 3,25% para 2,75%. No Japão e no Reino Unido, as taxas mantiveram-se inalteradas durante todo o ano de 2002. Nos EUA, a Reserva Federal também reduziu em Novembro a sua taxa de referência dos *Fed Funds* em 50 pontos base (para 1,25%), após ter considerado que havia riscos quanto à estabilidade dos preços e crescimento económico a prazo, e de ter constatado que a procura agregada se encontrava a perder dinamismo.

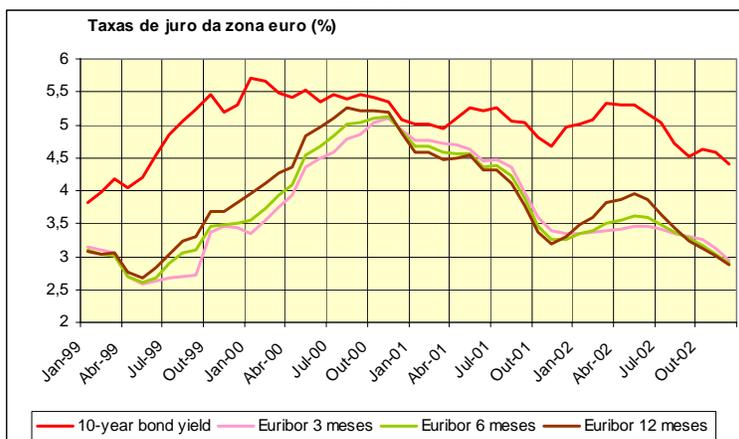
Gráfico 6



Na Europa, as perspectivas de crescimento para níveis próximos do potencial eram cada vez mais pessimistas – apontando para nunca antes de finais de 2003. Além disto, a persistência de desequilíbrios globais, a fraca confiança dos consumidores e investidores, as tensões geradas pelos riscos colocados por uma intervenção militar no Iraque, bem como a continuada apreciação do euro, foram factores que contribuíram para reduzir o risco de pressão futura sobre os preços e para alterar as expectativas quanto à evolução futura das taxas de juro.

Assim, a partir do final de Maio (até aí as taxas de juro do mercado monetário tinham vindo a subir, num movimento iniciado em finais de 2001) as taxas de juro do mercado monetário iniciaram uma trajectória descendente (Gráfico 7). A Euribor a 3 meses desceu mesmo até 2,94% no final de 2002. Também as taxas de juro de longo prazo registaram um movimento semelhante. Por exemplo, a taxa de juro a 10 anos (ver Gráfico 7) sofreu uma queda acentuada (superior a 1 pp.) a partir de Maio de 2002.

Gráfico 7



Fonte: BCE

• Política Orçamental

A situação orçamental na zona euro ficou, em 2002 (ver Quadro 1), marcada por nova deterioração, com o défice das Administrações Públicas a aumentar 0,6 pp., facto que ficou a dever-se, essencialmente à diminuição do excedente primário. Destacam-se os casos da Irlanda, Países Baixos e Áustria, que passaram de excedentes para défices entre 2001 e 2002. Na Alemanha e na França, os rácios de défice sobre o PIB ultrapassaram o limite de 3% imposto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. Portugal registou uma melhoria significativa, correspondente a 1,5 pp., registando um défice de 2,7% em 2002, 0,3 pp. abaixo do limite imposto pelo PEC.

Em termos de dívida pública, a média da zona euro manteve-se inalterada em cerca de 9 pp. acima do limite imposto pelo PEC para os estados-membros (60%). Apesar das ligeiras melhorias, a Itália, a Bélgica e a Grécia continuam com dificuldades substanciais a este nível.

Quadro 1 - Área Euro - Saldos Orçamentais e Dívida Pública

Em percentagem do PIB

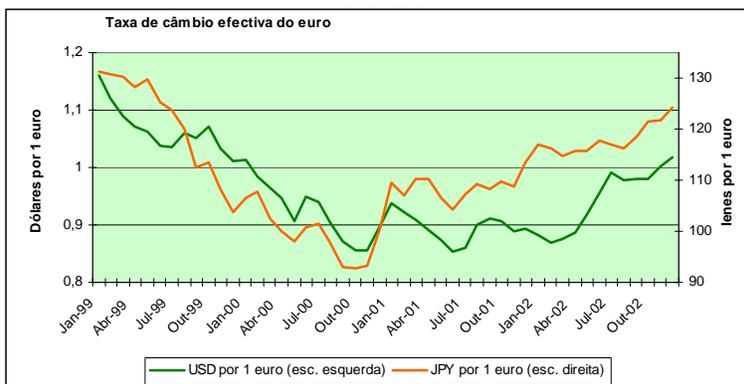
	Saldo total			Dívida pública		
	2001	2002	Variação	2001	2002	Variação
Área euro	-1,6	-2,2	-0,6	69,2	69,2	0,0
Alemanha	-2,8	-3,6	-0,8	59,5	60,8	1,3
França	-1,6	-3,2	-1,6	56,8	59,1	2,3
Itália	-2,6	-2,3	0,3	109,5	106,7	-2,8
Espanha	-0,1	-0,1	0,1	56,9	54,0	-2,9
Países Baixos	0,1	-1,1	-1,3	52,8	52,6	-0,2
Bélgica	0,3	0,1	-0,2	108,5	105,3	-3,2
Áustria	0,3	-0,6	-0,8	67,3	68,7	1,4
Portugal	-4,2	-2,7	1,5	55,6	58,1	2,5
Grécia	-1,9	-1,2	0,7	107,0	104,9	-2,1
Finlândia	5,1	4,7	-0,4	43,8	42,7	-1,1
Irlanda	1,1	-0,3	-1,4	36,8	33,3	-3,5
Luxemburgo	6,4	2,6	-3,9	5,6	5,3	-0,3

Fonte: Banco de Portugal

Notas: O saldo total exclui receitas de venda das licenças de UMTS.

Quanto ao mercado cambial, o euro apreciou, em termos médios, 5,6% face ao dólar em 2002 (ver Gráfico 8). Tomando como referência os valores do final do ano, a apreciação foi de 19% face ao final de 2001. A última semana de 2002 marcou o pico da taxa de câmbio, que fechou o ano acima da paridade. Também em relação ao iene, o euro registou uma apreciação considerável ao longo do ano.

Gráfico 8

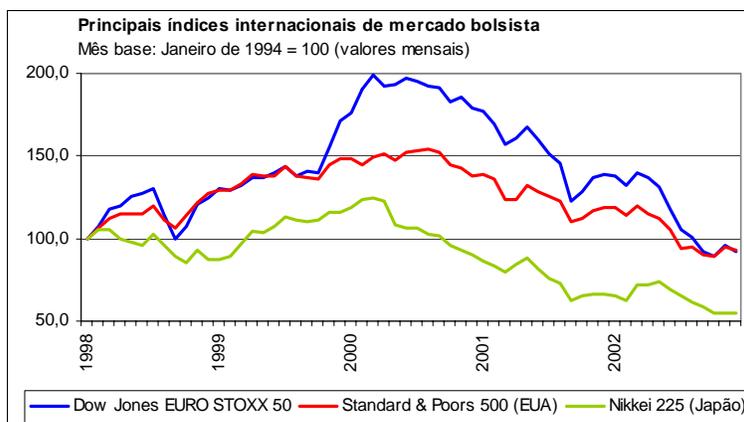


Fonte: BCE

• **Mercados de capitais**

Nos mercados de capitais, o ano de 2002 ficou marcado por uma quebra generalizada dos principais índices bolsistas internacionais (ver gráfico 9). Para esta evolução contribuiu decisivamente o clima de incerteza quanto a uma retoma sustentável a nível global e a perspectiva de intervenção militar no Iraque, entre outros factores. Juntando a este cenário o quadro de correcção dos desequilíbrios acumulados na segunda metade da década de 90, a incerteza típica dos momentos que antecedem uma inversão do ciclo económico, a volatilidade dos mercados financeiros e o aumento do grau de aversão ao risco por parte dos investidores, estão reunidos os ingredientes que explicam a evolução ocorrida e que está patente no gráfico 9.

Gráfico 9



Fonte: BCE

Síntese de Indicadores

2002	Unidade	Area Euro	EUA	Japão
População, PIB e emprego				
População total ⁽¹⁾	milhões	307,8	287,5	127,3 ⁽²⁾
Taxa de participação da força de trabalho ⁽³⁾	%	68,0	76,8 ⁽²⁾	72,7 ⁽²⁾
PIB (PPP)	mil milhões EUR	7.070,8	9.422,3	3.067,1
PIB <i>per capita</i> (PPP)	milhares EUR	23,0	32,8	23,3 ⁽²⁾
Produtividade do trabalho (PPP) ⁽⁴⁾	(área euro = 100)	100,0	117,7	86,7
Peso do rendimento do trabalho ⁽⁵⁾	%	69,0	71,9 ⁽²⁾	-
Valor acrescentado por actividade económica ⁽⁶⁾				
Agricultura e pesca	% do total	2,3	1,3	1,3 ⁽²⁾
Indústria (incl. Construção)	% do total	27,3	21,6	29,4 ⁽²⁾
Serviços	% do total	70,4	77,1	69,3 ⁽²⁾
Poupança e Investimento				
Poupança bruta	% do PIB	21,2	15,1	26,0 ⁽²⁾
Formação Bruta de Capital Fixo	% do PIB	20,2	18,6	25,6 ⁽²⁾
Famílias				
Rendimento disponível bruto (RDBF) <i>per capita</i> (PPP)	milhares EUR	15,4	24,4	15,1 ⁽²⁾
Poupança bruta	% do RDBF	14,9	13,9	13,5 ⁽²⁾
Formação Bruta de Capital Fixo	% do RDBF	9,8	5,9	7,5 ⁽²⁾
Investimento em activos financeiros	% do RDBF	11,1	8,1	4,3 ⁽²⁾
Activos financeiros detidos ⁽⁷⁾	% do RDBF	272,4	388,0	437,9 ⁽²⁾
Dívida bruta ^{(7), (8)}	% do RDBF	76,7	108,4	107,0 ⁽²⁾
Estado				
Despesa ⁽⁹⁾	% do PIB	48,7	32,4	38,7 ⁽²⁾
Excedente (+) ou Défice (-) ⁽¹⁰⁾	% do PIB	-2,3	-3,4	-6,1 ⁽²⁾
Dívida bruta ^{(7), (11)}	% do PIB	69,0	45,8	134,6 ⁽²⁾
Exterior				
Exportações de bens e serviços	% do PIB	19,7	9,3	11,6
Importações de bens e serviços	% do PIB	17,7	13,3	10,3
Saldo corrente	% do PIB	0,9	-4,6	2,8

Fonte: BCE.

Notas:

PPP - Paridade de poder de compra; RDBF - Rendimento disponível bruto das famílias.

(1) Área Euro: média anual; EUA - meio do ano; Japão - 1 Outubro

(2) Dados de 2001

(3) Rácio da população empregada sobre a população activa (15 aos 64 anos). Nos EUA: proporção da população civil nãoinstitucional (16 aos 64 anos) empregada ou desempregada - média anual.

(4) PIB por empregado

(5) Compensação por empregado em percentagem do Produto Interno Líquido

(6) Classificação: Área euro - Statistical Classification of Economic Activities in the European Community, Revision 1 (NACE Rev. 1);

EUA - North American Industry Classification System (NAICS); Japão - National Accounts

(7) Final do ano

(8) A dívida refere-se a empréstimos

(9) Definição europeia também para os EUA e Japão

(10) Saldo líquido da conta de capital. Área euro inclui receitas de UMTS

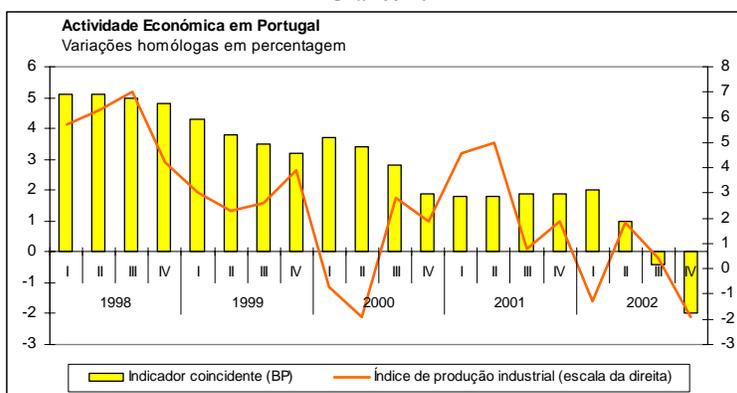
(11) Os dados seguem as definições e conceitos de Maastricht.

I.2. PORTUGAL

• Despesa e produção

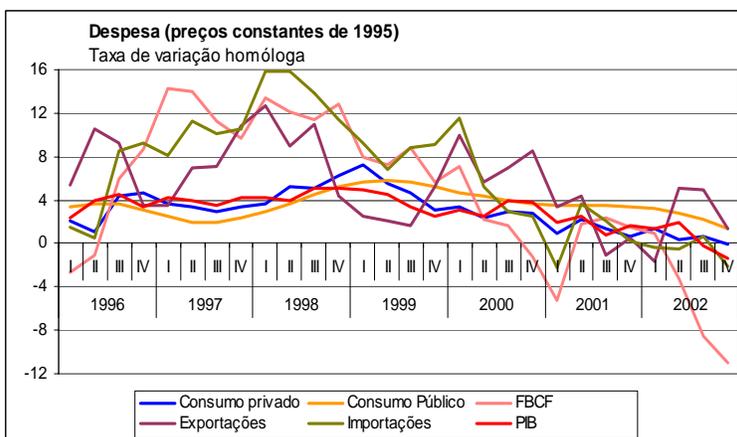
Em 2002, a actividade económica voltou a abrandar significativamente em Portugal, à semelhança do que já havia acontecido em 2001. De acordo com os dados do INE, o PIB terá crescido em 2002 apenas 0,5%, cerca de 0,3 pp. abaixo da média da zona euro. Em termos intra-anuais, pode-se dizer que a situação piorou a partir da segunda metade do ano. De facto, a evolução do indicador coincidente (fornecido pelo Banco de Portugal) e do índice de produção industrial (Gráfico 10) mostram essa degradação da actividade económica.

Gráfico 10



Na base desta evolução esteve sobretudo o comportamento negativo da procura interna, impulsionado quer pela quebra da FBCF, quer pela nova contracção do consumo privado (Gráfico 11).

Gráfico 11



A quebra na aquisição de bens de capital fixo foi generalizada a todas as suas componentes – material de transporte, máquinas e equipamentos e construção – destacando-se o comportamento do investimento em material de transporte, com uma quebra superior a 20% em 2002.

O consumo privado de bens duradouros, particularmente sensível às oscilações cíclicas da economia, decresceu de forma significativa, tendo sido a componente que mais fortemente contribuiu para a penalização do consumo privado. A quebra do consumo privado terá estado ligada à crescente consciencialização por parte dos consumidores da gravidade dos desequilíbrios das contas públicas e da necessidade imperiosa de correcção dos mesmos. As perspectivas pouco animadoras em relação ao mercado de trabalho também terão contribuído para um ajustamento dos níveis de despesa das famílias portuguesas mais compatíveis com as variações do rendimento disponível e com os níveis de endividamento.

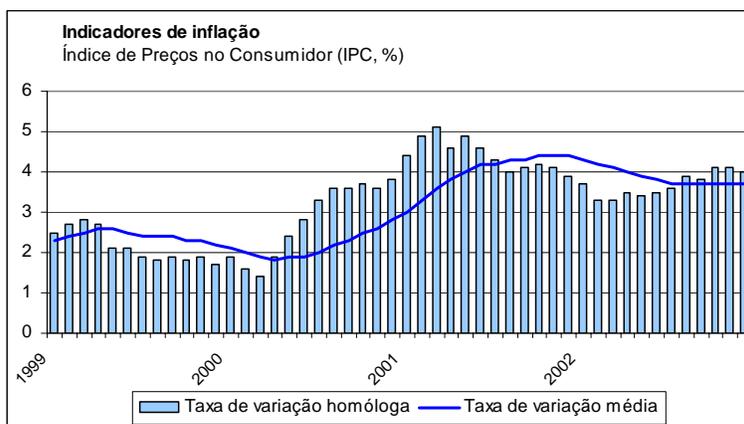
O consumo público, apesar de em termos trimestrais homólogos ter apresentado taxas de crescimento cada vez menores, continuou a crescer claramente mais do que o PIB.

Em relação ao comércio com o exterior deve salientar-se o contributo positivo da procura externa líquida para o crescimento do PIB (1% em 2002, após ter sido marginalmente positivo em 2001). Para esta situação concorreu o crescimento, ainda que moderado, das exportações, por oposição à quebra das importações – diminuição de 0,6% em volume em 2002. Esta redução reflectiu a queda da procura interna, nomeadamente a dos bens e serviços importados mais sensíveis a oscilações dos ciclos de actividade económica.

• **Preços**

A taxa de inflação, medida pela variação média anual do IPC, revelou um comportamento favorável em 2002, cifrando-se em 3,6%, face aos 4,4% do ano anterior. Em termos intra-anuais (ver gráfico 12), a variação mensal do IPC foi decrescente até Julho, mantendo-se constante em 3,7% a partir de então e até ao final do ano. A taxa de variação homóloga do IPC, por seu turno, evoluiu de forma inversa, apresentando uma trajectória crescente ao longo do ano, passando mesmo a ser superior à taxa de variação média a partir de Agosto.

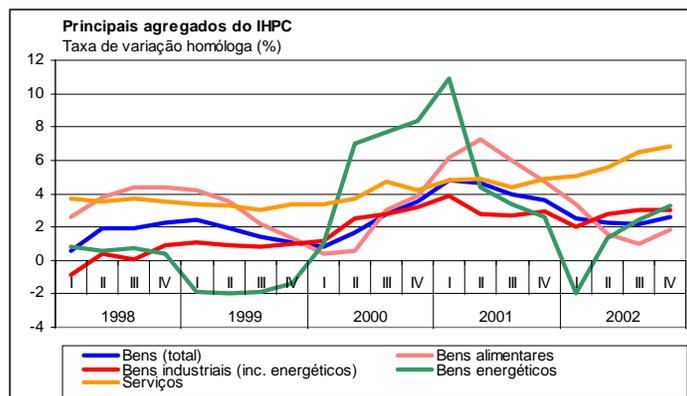
Gráfico 12



Fonte: Banco de Portugal.

Na base desta evolução poderão ter estado sobretudo dois factores: a conversão dos preços em escudos para euros e o aumento da taxa normal do IVA. O efeito destas alterações foi sentido com particular intensidade nos preços dos serviços, como pode ser notado no gráfico 13.

Gráfico 13

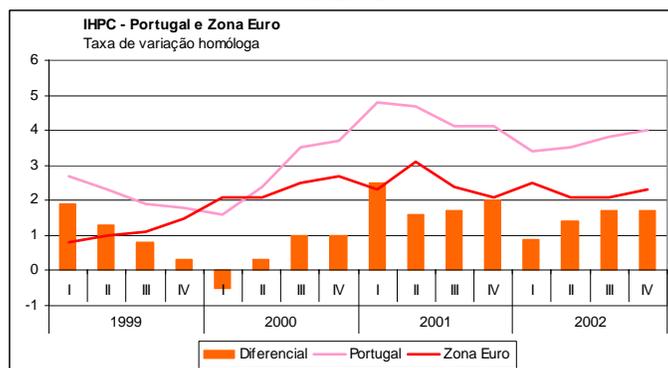


Fonte: Banco de Portugal.

Já os preços dos bens alimentares não transformados contribuíram para a redução da inflação. Em termos intra-anuais, o IPC iniciou uma trajetória ascendente no segundo trimestre de 2002, após uma redução registada no primeiro trimestre. Os preços dos bens energéticos, tradicionalmente a componente mais volátil, registaram uma subida bastante pronunciada a partir do segundo trimestre de 2002.

De acordo com o IHPC, a taxa de inflação média anual diminuiu 0,7 pp., atingindo 3,7% em 2002, valor que aponta para um abrandamento do ritmo de crescimento dos preços superior ao verificado na zona euro e, conseqüentemente, para uma redução do diferencial de inflação entre Portugal e a zona euro. A análise intra-anual (Gráfico 14), porém, mostra que a taxa de inflação trimestral homóloga aumentou continuamente em Portugal ao longo de 2002, evoluindo de forma mais desfavorável do que na zona euro. O diferencial respectivo aumentou no segundo e no terceiro trimestres, estabilizando a partir daí. Excluindo os preços dos bens alimentares não transformados e industriais energéticos (devido à sua elevada volatilidade), os diferenciais entre as taxas de crescimento do IHPC entre Portugal e a zona euro foram ainda maiores, facto que reforça o contributo negativo da conversão dos preços de escudos para euros, essencialmente sobre a evolução dos preços dos serviços.

Gráfico 14

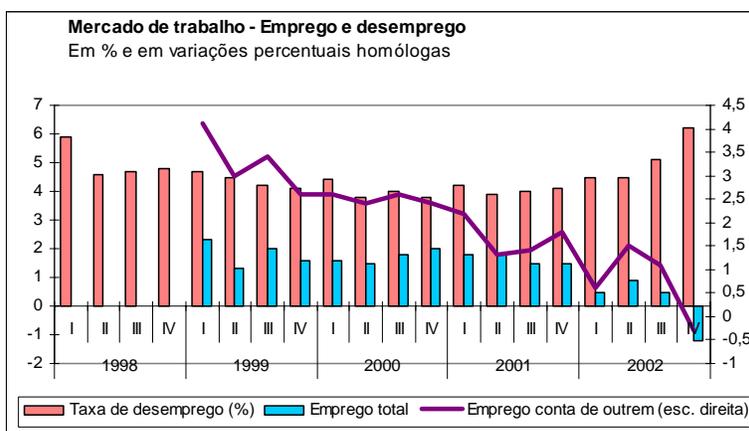


Fonte: Banco de Portugal.

• **Mercado de trabalho e salários**

Em matéria de mercado de trabalho, o ano de 2002 ficou marcado por uma forte aceleração da taxa de desemprego, bem como por um abrandamento do emprego total. Uma análise intra-anual (gráfico 15), permite observar que o aumento da taxa de desemprego se iniciou ainda no quarto trimestre de 2001. Após uma quase estagnação na primeira metade de 2002, os dois últimos trimestres do ano revelaram um aumento bastante acentuado, sobretudo em virtude do crescimento acelerado do número de desempregados à procura do primeiro emprego e à procura de novo emprego. Esta situação foi fruto da fase conjuntural negativa que a economia portuguesa enfrentou com particular intensidade na fase final do ano. A redução dos níveis de investimento privado e a forte quebra do consumo privado (com consequências negativas sobre as existências nas empresas) estiveram na base desta situação.

Gráfico 15

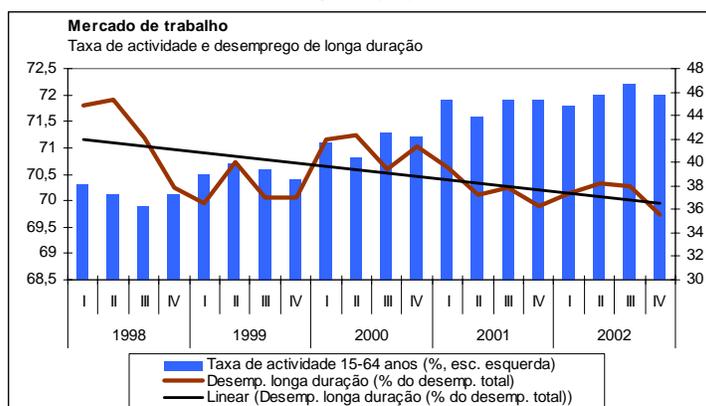


Fonte: Banco de Portugal.

O emprego total começou a evidenciar a diminuição do ritmo de crescimento em termos trimestrais homólogos logo no início de 2002, mas foi no quarto trimestre que a queda se apresentou mais abrupta, com uma quebra de 1,2%. Também o emprego por conta de outrem não escapou à difícil situação conjuntural que se fez sentir em 2002, evoluindo de forma paralela ao emprego total. Há a registar a marca atingida no quarto trimestre de 2002, em que o emprego por conta de outrem sofreu uma queda de 0,3% em termos homólogos, depois de ter crescido 1,1% no trimestre anterior. O encerramento de algumas unidades produtivas quer por motivos de estratégia de gestão, quer por motivos de falência, esteve na origem deste cenário.

A taxa de actividade para indivíduos entre 15 e 64 anos de idade atingiu a marca de 72% em 2002, reflectindo um crescimento de 0,3 pp. em relação ao ano anterior. Foram essencialmente, factores demográficos que originaram esta evolução, nomeadamente a redução do peso da população jovem (entre 15 e 24 anos) na população total. Além disso, também o aumento da taxa de participação feminina (mais 0,5 pp. do que em 2001) se revelou determinante para o crescimento da taxa de actividade. Em termos intra-anuais, a taxa de actividade aumentou de forma continuada durante os três primeiros trimestres de 2002, sofrendo um ligeiro decréscimo no último trimestre (gráfico 16).

Gráfico 16



Fonte: Banco de Portugal.

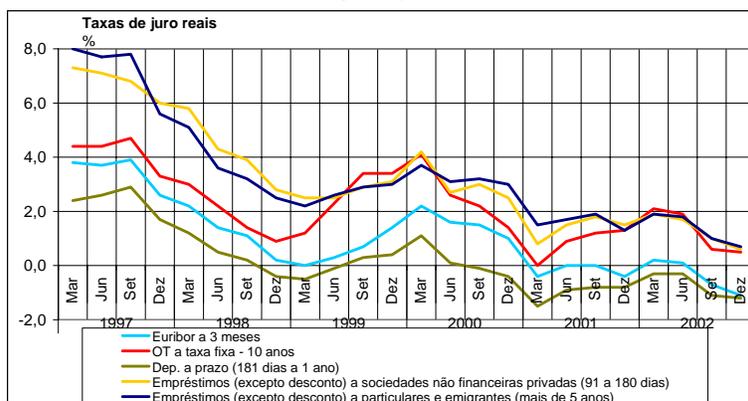
A duração média do desemprego tem também sofrido alterações. Nomeadamente, o desemprego de longa duração em percentagem do desemprego total tem apresentado uma trajectória descendente ao longo dos últimos anos. No último trimestre de 2002, o desemprego de longa duração representava 35,5% do desemprego total, menos 2,5 pp. do que no trimestre anterior.

Do lado dos salários, as remunerações por trabalhador para o total da economia cresceram 4,9% em 2002, segundo estimativas do Banco de Portugal. Embora este crescimento tenha sido bastante inferior ao do ano anterior, as remunerações reais aumentaram 1,3% (menos 0,6 pp. do que em 2001). Estes dados indiciam um crescimento dos salários superior ao da área euro, com implicações contínuas na competitividade das empresas portuguesas.

- **Taxas de juro**

Durante o curso de 2002 não se registaram alterações significativas nas taxas de juro do mercado monetário, situando-se estas a um nível ligeiramente inferior ao verificado em 2001. Em consequência, as taxas de juro bancárias em operações activas e passivas também se pautaram pela estabilidade. Já no que diz respeito às taxas de juro reais (gráfico 17), sofreram uma quebra generalizada a partir de meados de 2002, reflectindo o aumento da taxa de inflação. As taxas Euribor a 3 meses e de depósitos a prazo de 181 dias a um ano fecharam o ano em -1,1% e -1,2%, respectivamente. A taxa de juro real dos depósitos a prazo de 181 dias a um ano tem sido sucessivamente negativa desde meados do ano 2000. Em geral, as taxas de juro bancárias reais têm conhecido uma trajectória descendente precisamente desde o início do ano 2000, reflectindo as sucessivas quebras das taxas de juro nominais do mercado monetário que têm vindo a ocorrer.

Gráfico 17



Fonte: Banco de Portugal

Nota: Uma vez que a Euribor apenas existe desde 1 de Janeiro de 1999, até 31 de Dezembro de 1998 oi considerada a Lisbor de prazo equivalente.

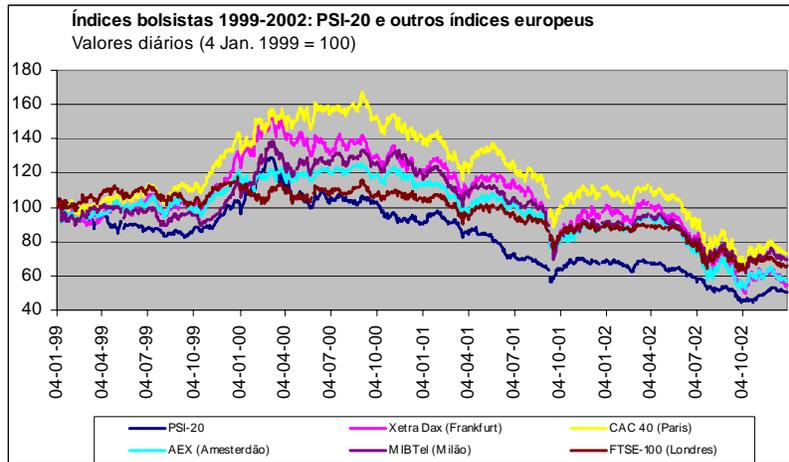
- **Mercados de capitais**

Os mercados financeiros portugueses apresentaram em 2002, um comportamento fortemente dependente da envolvente externa. O mercado de acções, em particular, denotou um substancial movimento de correcção que resultou da conjugação de variados factores, entre os quais o movimento de redução das taxas de juro e o fraco dinamismo da actividade económica. O índice PSI-20 registou durante 2002, um decréscimo de cerca de 26%, acompanhando a tendência verificada nos principais índices mundiais (gráficos 18 e 19). A queda do índice português foi, contudo, inferior às verificadas na área euro, facto que se prendeu com a forte quebra das cotações de algumas empresas holandesas e alemãs. Por exemplo, o índice DAX-Xetra caiu 44%. Já o Dow Jones americano sofreu uma perda de 18%.

A volatilidade dos índices bolsistas internacionais¹ tem aumentado nos últimos anos, e o ano de 2002 não fugiu à regra. Por exemplo, o DAX apresentou uma volatilidade anual de 40% em 2002, mais 7 pp. do que no ano anterior, enquanto que a volatilidade do PSI-20 se tem mantido estável (20% em 2002 e 21% em 2001).

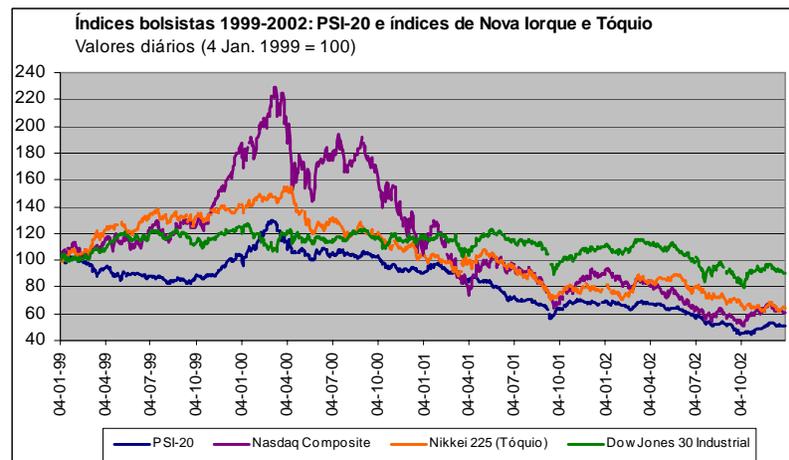
¹ Calculada como o desvio-padrão da rendibilidade semanal anualizado, tomando sempre o último dia de transacção em cada semana.

Gráfico 18



Fonte: Dathis e <http://finance.yahoo.com>

Gráfico 19



Fonte: Dathis e <http://finance.yahoo.com>

Portugal - Síntese de Indicadores

	Unidade	2000	2001	2002
Preços, salários e custos unitários de trabalho				
Inflação (IPC) ⁽¹⁾	tvm em %	2,9	4,4	3,6
Bens	tvm em %	2,2	4,2	2,4
Serviços	tvm em %	4,2	4,8	6,0
Inflação (IHPC)	tvm em %	2,8	4,4	3,7
Deflactor do PIB	tv em %	3,1	5,3	4,6
Remunerações nominais por trabalhador, total da economia ⁽²⁾	tv em %	6,2	6,3	4,9
Custos unitários de trabalho, total da economia	tv em %	4,5	6,0	4,6
Despesa, rendimento e poupança				
Produto interno bruto (PIB)	tvr em %	3,7	1,7	0,4
Procura interna total	tvr em %	3,1	1,4	-0,5
Consumo privado	tvr em %	2,9	1,0	0,4
Consumo público	tvr em %	3,8	3,5	2,6
Formação bruta de capital fixo	tvr em %	4,9	0,3	-5,4
Exportações de bens e serviços	tvr em %	8,5	1,8	2,4
Importações de bens e serviços	tvr em %	5,6	1,1	-0,6
Rendimento disponível dos particulares	tvr em %	5,6	1,5	1,1
Taxa de poupança interna	em % do PIB	18,6	18,8	18,7
Sector privado ⁽³⁾	em % do PIB	17,9	19,0	18,7
Administrações públicas	em % do PIB	0,7	-0,2	0,0
Emprego e desemprego				
Emprego total	tvm em %	2,0	1,4	0,2
Emprego por conta de outrém	tvm em %	2,5	1,5	0,7
Taxa de desemprego	média anual em %	3,9	4,1	5,1
Balança de Pagamentos				
Balança corrente + Balança de capital	em % do PIB	-8,9	-8,4	-5,7
Balança corrente	em % do PIB	-10,4	-9,4	-7,3
Balança de capital	em % do PIB	1,4	1,0	1,5
Taxas de juro				
Taxa de juro Euribor a 3 meses	em %, Dezembro	4,9	3,3	2,9
Taxa de rendibilidade das OT a taxa fixa a 10 anos	em %, Dezembro	5,3	5,0	4,5
Taxas de juro bancárias				
Empréstimos a particulares, a mais de cinco anos	em %, Dezembro	6,9	5,0	4,7
Depósitos a prazo, 181 dias - 1 ano	em %, Dezembro	3,5	2,9	2,8
Índice de cotações de acções (PSI-Geral)	tvh, 31 Dezembro	-8,2	-19,0	-20,7
Finanças Públicas				
Saldo global das administrações públicas ⁽⁴⁾ ⁽⁵⁾	em % do PIB	-2,8	-4,2	-2,7
Saldo primário das administrações públicas ⁽⁵⁾	em % do PIB	0,4	-1,1	0,3
Dívida pública directa bruta	Dezembro, em % do PIB	53,5	55,2	57,8

Fonte: Banco de Portugal

Notas:

(1) Total com habitação.

(2) Remunerações por trabalhador por conta de outrém; incluem valores das tabelas salariais, benefícios complementares e contribuições patronais para a Segurança Social; excluem o subsídio do Estado para a Caixa Geral de Aposentações.

(3) Poupança agregada de todos os agentes económicos excepto as Administrações públicas.

(4) De acordo com as regras do Procedimento dos Défices Excessivos.

(5) Em 2000, inclui a receita da venda das licenças de UMTS que ascendeu a 0,35 pontos percentuais do PIB.

tvm - Taxa de variação média.

tvr - Taxa de variação real.

tvh - Taxa de variação homóloga.